

MEC fiscalizará universidade particular

⁵⁶
Objetivo é melhorar nível de ensino; cursos de medicina e engenharia são os primeiros

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — O Ministério da Educação (MEC) deve iniciar, no segundo semestre desse ano, um sistema de fiscalização dos cursos universitários das escolas particulares e modificar o critério de escolha de reitores para as universidades federais. Os primeiros cursos a serem fiscalizados serão os de medicina e de engenharia. Para isso, a Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do MEC quer estabelecer critérios de avaliação para cursos de graduação e divulgar para o público quais são os considerados bons e ruins. O objetivo será forçar a melhoria da qualidade de ensino.

As universidades federais também passarão pela avaliação. No MEC há um consenso, entretanto, que no caso das federais, o nível de ensino já é

considerado bom, em sua maioria, e o objetivo seria apenas aperfeiçoá-lo ainda mais. Equipes técnicas das federais deverão ser escaladas para avaliar os cursos de medicina e engenharia do País.

O anúncio das medidas foi feito pelo secretário de Educação Superior, Décio Zagottis. Segundo ele, a proposta tem por objetivo melhorar o nível de ensino e não fechar cursos de escolas particulares. Atualmente, existem cerca de 900 instituições de ensino superior. Desse total, cerca de 150 são escolas públicas.

Para Zagottis, com a divulgação do nível de qualidade dos cursos, aumentará a cobrança da comunidade e a escola passará não só a exigir mais dos professores como também deverá oferecer melhores condições para os alunos. Segundo o MEC, as escolas particulares são, em sua maioria, administradas como empresas. Assim, ninguém vai querer ver um curso da sua instituição classificado como ruim. Com isso, pode melhorá-lo, beneficiando o aluno.

Reitores — Além da fiscalização nos cursos superiores, o MEC quer mudar o atual sistema de escolha de reitores para as universidades federais. Zagottis quer que as listas indicadas pelas escolas sejam abertas. O objetivo é respeitar os nomes escolhidos em eleição direta dos funcionários, alunos e professores, em uma lista sêxtupla, mas sem indicar, obrigatoriamente, o mais votado.

Atualmente a lista sêxtupla é composta por votos de 1/3 dos funcionários, 1/3 dos professores e 1/3 dos alunos. Muitas vezes, são formadas chapas fechadas para as eleições. Com isso, o nome do segundo colocado e dos demais, nem chega a ser apreciado pelo presidente da República, que escolhe os reitores das federais. "Queremos que o nome dos seis primeiros colocados sejam conhecido", avisou.

O secretário deve propor aos rei-

tores a inclusão das universidades no Sistema Integrado de Administração de Pessoal. Com isso, o MEC poderá ter um controle maior do número de funcionários e da folha de pagamento, que tem aumentado bastante. O principal problema com o pagamento, segundo Zagottis, foi o

crescente aumento das aposentadorias.

Atualmente, de acordo Zagottis, um terço dos recursos das universidades são destinados ao pagamento de aposentados. Por ano, são gastos US\$ 1 bilhão. Décio de Zagottis garante que os direitos adquiridos não serão cassados. Portanto, quem já tem tempo para se aposentar, não precisa se apressar, com medo de perder a aposentadoria especial. O secretário anunciou ainda que o Ministério quer conhecer as causas reais da evasão nas universidades. Segundo ele, a evasão chega a 50%.

**CRITÉRIO
PARA ESCOLHA
DE REITOR
PODE MUDAR**



Zagottis: cobrança da comunidade é importante para a universidade